

EVASÃO ESCOLAR: CAUSAS E IMPACTOS DA EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL E NO MUNDO

SCHOOL EVASION: CAUSES AND IMPACTS OF SCHOOL EVASION IN BRAZIL AND THE WORLD

Cláudia Lima de Araujo¹

Queila Pereira Santos²

Hellen Maura Lucidia Ribeiro³

Eliene Barbosa do Nascimento de Freitas⁴

Diógenes José Gusmão Coutinho⁵

RESUMO: Este artigo discute a evasão escolar, um fenômeno que tem sido amplamente debatido em diferentes espaços, como reuniões educacionais e fóruns de discussão. A evasão é um problema complexo que afeta diretamente o sistema educacional, não só no Brasil, mas também em vários países ao redor do mundo. Este fenômeno prejudica não apenas o desenvolvimento educacional, mas também as dimensões social e econômica das comunidades. A evasão escolar ocorre em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, sendo uma preocupação constante das instituições educacionais. O objetivo deste estudo é analisar as principais causas que levam os estudantes a abandonarem a escola, bem como as consequências desse ato, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. A pesquisa aborda fatores como dificuldades socioeconômicas, falta de infraestrutura adequada, problemas familiares, violência e a desvalorização do processo educativo, que contribuem para a alta taxa de evasão. Além disso, o estudo explora o impacto da evasão escolar na vida dos alunos, como a limitação de oportunidades futuras, e os efeitos negativos para a sociedade, como o aumento da desigualdade e da exclusão social. A partir dessa análise, o artigo busca fornecer informações que possam contribuir para a elaboração de políticas educacionais mais eficazes, que visem combater a evasão escolar e garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola, promovendo um ambiente mais inclusivo e favorável ao desenvolvimento pleno dos indivíduos.

1945

Palavras-Chave: Evasão Escolar. Causas E Consequências. Políticas Educacionais.

¹ Graduada/Pós-graduada em Pedagogia pela Faculdade ULBRA.

² Graduada/Pós-graduada em Pedagogia Licenciatura pela Faculdade Claretiano Centro Universitário.

³ Graduada em História pela UNOPAR.

⁴ Graduada e licenciada em Letras Português e Literatura da Língua Portuguesa pela Universidade Luterana (ULBRA-2010)

⁵ Orientador, Graduado em Biologia pela UFRPE. Doutor em Biologia pela UFPE. <https://orcid.org/0000-0002-9230-3409>.

ABSTRACT: This article discusses school dropout, a phenomenon that has been widely debated in different spaces, such as educational meetings and discussion forums. Dropout is a complex problem that directly affects the educational system, not only in Brazil, but also in several countries around the world. This phenomenon harms not only educational development, but also the social and economic dimensions of communities. School dropout occurs at all levels of education, from early childhood education to higher education, and is a constant concern for educational institutions. The objective of this study is to analyze the main causes that lead students to drop out of school, as well as the consequences of this act, both for individuals and for society as a whole. The research addresses factors such as socioeconomic difficulties, lack of adequate infrastructure, family problems, violence and the devaluation of the educational process, which contribute to the high dropout rate. Furthermore, the study explores the impact of school dropout on students' lives, such as the limitation of future opportunities, and the negative effects on society, such as the increase in inequality and social exclusion. Based on this analysis, the article seeks to provide information that can contribute to the development of more effective educational policies, which aim to combat school dropout and guarantee students' access to and permanence in school, promoting a more inclusive environment that is favorable to the full development of individuals.

Keywords: School Dropout. Causes and Consequences. Educational Policies.

INTRODUÇÃO

A escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos, não apenas no aspecto acadêmico, mas também como espaço de socialização, de construção de vínculos e de desenvolvimento de habilidades cognitivas e físicas. No entanto, obstáculos diários ao direito à educação têm ampliado as dificuldades enfrentadas pelos jovens, aumentando a probabilidade de abandono escolar. A evasão escolar não é um problema limitado apenas a algumas escolas, mas é um problema que vem ocupando importante papel nas discussões educacionais no cenário nacional, educadores vêm preocupando-se cada dia mais com as crianças que chegam à escola e, entretanto, nela não permanecem. A evasão escolar é um fenômeno que afeta milhões de estudantes no Brasil e no mundo. Ela se caracteriza pela interrupção dos estudos antes da conclusão de uma etapa da educação básica ou superior. Trata-se de um acontecimento com diversas causas e consequências, que podem ser de ordem individual, familiar, social, econômica ou institucional.

Alguns profissionais da educação dedicam tempo em pesquisas sobre evasão escolar com objetivo de conhecer as causas que levam os alunos a evadirem da escola. Estudos destacam que, os aspectos sociais são considerados determinantes para o processo de evasão e abandono escolar. É importante distinguir os conceitos de evasão e abandono escolar, frequentemente usados como sinônimos, mas que possuem diferenças significativas. De acordo com Maitê e

Arraes (2015), “abandonar é deixar de estudar por um determinado período e retornar aos estudos, evadir é deixar os estudos não retornando nos anos seguintes.” O abandono escolar ocorre quando o estudante deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo, enquanto a evasão se refere à situação em que, mesmo aprovado ou reprovado, o aluno não realiza a matrícula no ano seguinte. Para Johann (2012, p. 65), a evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.

Esses processos têm causas multifacetadas, que vão desde dificuldades socioeconômicas e falta de identificação com os conteúdos escolares até fatores pessoais como gravidez na adolescência e a necessidade de contribuir financeiramente para a família. Além disso, currículos e metodologias pedagógicas que não contemplam as diversidades sociais e culturais, como as de estudantes negros, LGBTQIAPN+ e com deficiência, tendem a agravar os índices de evasão e exclusão escolar. A educação deve ser incentivada e inserida com a colaboração de todos, seja escola, família, e toda a sociedade, com o objetivo de desenvolver e preparar os indivíduos tanto para a qualificação profissional e pessoal, além de guiá-lo para exercer a cidadania. O abandono escolar gera consequências inevitáveis, o adulto encontrará dificuldade em tomadas de decisões, pensamentos críticos, terá dificuldade para se inserir no mercado de trabalho.

O dever de educar, que é atribuído ao Estado e à família, não tem sido integralmente cumprido, e a evasão escolar segue como um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro. Em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é obrigação do Estado assegurar o acesso à educação, mas também cabe à sociedade e à família desempenharem um papel ativo na orientação e acompanhamento dos jovens em sua trajetória educacional.

De acordo com dados do Censo Escolar de 2023, as taxas de evasão escolar vêm apresentando uma leve queda nos últimos anos, mas ainda refletem a persistência do problema. Pesquisas apontam que a evasão está fortemente associada à desigualdade social, falta de políticas públicas eficazes e a uma educação que não atende às necessidades de todos os grupos da sociedade. A Constituição Brasileira de 1988 garante à educação a categoria de direito fundamental, mas a realidade social revela que o acesso pleno e igualitário à educação de

qualidade ainda é um desafio, especialmente para as populações em situação de vulnerabilidade social. Autores discorreram a respeito dessa questão e suas análises, de certo modo, coincidem com a visão de Arroyo (2012) quando discute o direito à escola presente nas lutas das classes. O autor se explica:

Os movimentos sociais mostram que pouco sabemos sobre essas relações tão determinantes entre o direito ao lugar e à escola como garantia desse direito primeiro de todo ser humano: a vida boa, digna e justa. Como estão ausentes essas relações tão estreitas nas análises pedagógicas tão ilustradas. A escola na cultura popular é mais do que escola ou mais do que a concepção reducionista, ilustrada de escola, de ensino de qualidade. Vincular o direito à escola com o direito ao lugar que está nas trajetórias das crianças e adolescentes, dos jovens e adultos dos coletivos que chegam às escolas públicas das periferias e dos campos poderá dar maior centralidade social e política ao direito à escola/lugar de viver justo e digno (ARROYO, 2012, p. 249).

Evasão nada mais é do que um processo de exclusão, representa a negação não apenas das histórias de vida, mas das possibilidades reveladas pela obtenção do saber. Importante é estar ciente, que enquanto a escola não for lugar de humanização, de aceitação do outro, de aconchego, do aluno se sentir pertencente aquele ambiente, problemáticas relacionadas a evasão, estarão sempre em discussão.

DIREITOS A EDUCAÇÃO

1948

A educação é um direito assegurado por lei. “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL,1996). Mas, ter direito a educação e a um ensino de qualidade, não significa que todos irão concluir seus estudos, fatores como, desigualdade social e atraso no ensino, podem levar o aluno a evadir da escola. É dever do Estado fazer cumprir o que está disposto na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição da República Federativa do Brasil,1988).

Art. 26, Inciso 2: A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (Declaração Universal dos Direitos Humanos).

E no artigo 54, é estabelecido o dever do estado à educação (BRASIL,1990).

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I -ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II -Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV -atendimento em creche e pré-escola

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) conhecido por (ECA) é uma lei de suma importância, que defende os direitos de crianças e adolescentes até os 18 anos. Após a inserção dessa lei, de acordo com Graciano (2005 apud BRASIL,1990) o ECA estabelece que crianças e adolescentes têm absoluta prioridade na efetivação dos direitos referentes à educação, à vida, ao lazer, à saúde, à alimentação, ao esporte, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O estado e a família são responsáveis pelo aluno, por sua participação na comunidade escolar para que no futuro seja produtivo em sociedade.

CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR

As causas da evasão escolar são múltiplas e complexas, refletindo as dificuldades enfrentadas por estudantes e suas famílias no cotidiano escolar. No início do ensino fundamental, um dos principais fatores que contribuem para o abandono da escola é a distância entre a residência do aluno e a instituição de ensino, agravada pela falta de transporte escolar ou da presença de um responsável para acompanhar a criança. Esse cenário é ainda mais comum em áreas rurais, onde o acesso à educação se torna um desafio logístico considerável.

No ensino médio, as razões para a evasão muitas vezes estão relacionadas ao desinteresse do aluno pela educação oferecida. O conteúdo curricular, em muitos casos, é considerado excessivo e desconectado da realidade do estudante. Tanto os alunos quanto os professores frequentemente apontam essa desconexão como um fator de desmotivação, que acaba resultando na desistência do estudante. Além disso, o contexto econômico também exerce um papel decisivo nesse processo. Muitos jovens, em especial os de famílias de baixa renda, começam a trabalhar ainda durante o período escolar para ajudar no sustento de suas casas ou para conquistar certa independência financeira. Ao se depararem com a impossibilidade de conciliar trabalho e estudos, muitos priorizam o emprego, levando ao abandono da escola. Esse dilema é ainda mais grave em zonas periféricas e rurais, onde a escassez de recursos e infraestrutura limita as opções de continuidade educacional. A questão do bullying, frequentemente ignorada, também tem sido um fator crescente que contribui para a evasão escolar. Muitos estudantes se sentem emocionalmente sobrecarregados e preferem

abandonar a escola como forma de escapar de situações de violência física ou psicológica. Esse fenômeno tem se tornado uma barreira no ambiente escolar, afetando a saúde mental e o bem-estar dos alunos, além de impactar negativamente sua permanência na escola.

O UNICEF (2012, p. 69) destaca as barreiras socioculturais, econômicas e educacionais que contribuem para a evasão escolar. As barreiras socioculturais incluem questões como discriminação racial, exposição à violência e gravidez na adolescência, que afetam diretamente a permanência do aluno na escola. As barreiras econômicas, por sua vez, estão ligadas à pobreza, e particularmente ao trabalho infantil, que impede muitos jovens de frequentar regularmente a escola. No que diz respeito à oferta educacional, o UNICEF identifica a falta de conteúdos que se conectem à realidade dos alunos, a desvalorização dos profissionais de educação e a insuficiência de escolas como fatores que dificultam a retenção escolar. Além disso, as condições precárias de infraestrutura e transporte escolar também se mostram como obstáculos para a permanência dos estudantes. Por fim, as barreiras políticas, financeiras e técnicas, como a escassez de recursos destinados à educação pública, são identificadas como responsáveis pela insuficiência de políticas educacionais que atendam às necessidades da população.

Portanto, é evidente que a evasão escolar é um fenômeno multifacetado que envolve uma série de fatores individuais, sociais, econômicos e educacionais. Combater a evasão escolar exige uma abordagem integrada que considere tanto as necessidades estruturais da educação quanto as condições de vida e de acesso dos estudantes. Na opinião de Batista, Souza, & Oliveira (2009), o abandono escolar é composto por inúmeras dimensões conflitantes, que interagem dentro dessa problemática. Dimensões de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. O abandono da escola não pode ser analisado e compreendido sem levar em consideração todos os aspectos citados acima.

Batista, Souza, & Oliveira (2009, p. 3) diz que:

Entretanto, a escola parece ter recebido como função, posta por uma sociedade capitalista, a qual apresenta na sua estrutura, uma ideologia de desigualdade: a de reclassificar os alunos de diferentes classes sociais, tendo como critério suas motivações e potencialidades inatas. Essa função não é explicitada, porém ao discutir o fenômeno do fracasso escolar, uma das primeiras explicações que surge, está relacionada à origem social do educando.

Apesar do aluno ser matriculado na instituição, não quer dizer que ele irá concluir todas as etapas escolares. Embora a escola oferecer a vaga, de existirem leis que amparam a matrícula do aluno, muitos não concluem os estudos. A superação desses obstáculos, passa por investimentos em políticas públicas mais eficazes, na valorização do ambiente escolar e na

criação de alternativas para garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade e possam continuar seus estudos sem interrupções.

CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é um fenômeno que gera impactos significativos tanto para os indivíduos quanto para a sociedade e a economia. Quando os estudantes abandonam a escola, eles frequentemente enfrentam uma série de desafios pessoais e profissionais. A baixa autoestima é uma consequência comum do abandono escolar, o que prejudica as suas relações interpessoais e limita suas perspectivas de vida. Sem o diploma escolar, o acesso ao mercado de trabalho se torna mais difícil e, mesmo quando conseguem emprego, a qualidade dos serviços prestados e a remuneração estão intimamente relacionadas ao nível educacional alcançado. Esse cenário contribui para um ciclo contínuo de desmotivação e marginalização, onde os indivíduos se sentem impotentes diante das suas próprias limitações (Gomes, 2005).

A evasão escolar também compromete o desenvolvimento das competências essenciais para o mercado de trabalho, como habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico.

A ausência dessas competências restringe as possibilidades de emprego e crescimento profissional, limitando o potencial dos indivíduos e criando barreiras para uma vida laboral bem-sucedida. Além disso, estudos demonstram que a falta de formação educacional adequada está diretamente associada a uma maior propensão a comportamentos de risco, como a criminalidade. A educação é um dos principais fatores para a prevenção de comportamentos ilícitos, e a evasão escolar contribui diretamente para o aumento desses problemas na sociedade (Gomes, 2005).

O impacto da evasão escolar também é profundo na economia. Indivíduos sem a formação mínima exigida para os empregos de qualidade têm menos capacidade de gerar rendas altas, o que perpetua a pobreza de longo prazo. A ausência de uma força de trabalho qualificada enfraquece a produtividade e a competitividade de um país, tornando-se um obstáculo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. Dessa forma, a evasão escolar não apenas limita as oportunidades dos indivíduos, mas também compromete o futuro econômico de uma nação inteira (Soares, 2001).

Em termos sociais e culturais, a evasão escolar perpetua ciclos de desigualdade. As populações de baixa renda são as mais afetadas por esse fenômeno, uma vez que a falta de acesso

a uma educação de qualidade restringe suas oportunidades de ascensão social. Esse abandono também afeta a vida adulta dos jovens, pois aqueles com menos escolaridade enfrentam dificuldades em acessar empregos bem remunerados e têm menos chances de alcançar uma mobilidade social. De acordo com Gomes (2005), “a criança ou adolescente que ingressa prematuramente no mercado de trabalho perde a possibilidade de adquirir a formação educacional e profissional necessária para se qualificar como trabalhador em um mercado cada vez mais exigente”. O trabalho precoce, muitas vezes, é marcado por exploração, jornadas extenuantes e ambientes insalubres, o que impede o desenvolvimento acadêmico e o futuro profissional desses jovens.

Além disso, a ausência de educação formal enfraquece o capital social de uma sociedade, uma vez que indivíduos com pouca escolaridade têm mais dificuldades em participar ativamente da vida política, social e econômica. Eles enfrentam dificuldades em tomar decisões informadas, formar opiniões e interagir de forma crítica com outros indivíduos, especialmente com aqueles que têm um nível educacional superior. Isso amplia as disparidades sociais e gera uma sociedade mais desigual, onde os menos escolarizados são marginalizados e têm menos voz nos processos que moldam o futuro do país. Como destaca Soares (2001), “os adolescentes que deixam o ciclo escolar se tornam parte de uma parcela da população com formação deficiente, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho e compromete sua capacidade de contribuir de maneira significativa para a sociedade”. A diferença de classe social pode ser considerada um dos principais fatores para o fracasso escolar nas camadas populares, pois, segundo Arroyo (1993):

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO, 1993, p. 21).

A evasão escolar é um problema complexo que afeta não apenas o indivíduo, mas toda a sociedade. As consequências desse fenômeno são multifacetadas e geram impactos negativos no desenvolvimento pessoal, social e econômico. Para o indivíduo, o abandono escolar pode resultar em uma vida de dificuldades financeiras e de baixa autoestima, além de aumentar a probabilidade de envolvimento em comportamentos de risco. Para a sociedade, a evasão escolar perpetua ciclos de desigualdade, reduz a capacidade de participação cidadã e compromete o desenvolvimento econômico de uma nação. O enfrentamento dessa questão exige um esforço

conjunto entre escolas, famílias e políticas públicas, com o objetivo de garantir que todos os jovens tenham acesso à educação de qualidade e possam alcançar seu pleno potencial.

DADOS SOBRE A EVASÃO ESCOLAR

O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa estatística anual coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e realizada em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação, escolas públicas e privadas de todo o País. De acordo com o Censo Escolar 2023, os índices de reprovação e abandono escolar voltaram a crescer, refletindo as desigualdades educacionais que já eram evidentes antes da crise sanitária global, mas que se aprofundaram com a pandemia. A análise do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) revela que a pandemia agravou a situação educacional de milhões de estudantes no Brasil, impactando especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

O levantamento realizado entre 2014 e 2015 pelo Inep indicava taxas de evasão escolar preocupantes, mas os dados de 2023 mostram um cenário ainda mais desafiador. A pesquisa *Desigualdades educacionais no contexto da pandemia: diagnóstico e proposições para políticas públicas*, realizada pela Fundação Carlos Chagas, em parceria com a Fapesp, destaca como as desigualdades educacionais em termos de gênero, raça e classe social foram ampliadas pela pandemia. Esse estudo, conduzido em escolas municipais de São Paulo, teve como objetivo analisar o impacto da crise sanitária na vida dos alunos e no seu acesso à educação de qualidade.

A pesquisadora Amélia Artes, do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, coordena o estudo *Abandono escolar no contexto da pandemia: persistentes desafios no enfrentamento das desigualdades educacionais*. Ela destaca que a pandemia não só manteve as desigualdades que já existiam antes, mas as intensificou de forma alarmante. “O Censo divulga os dados que temos, mas eles precisam ser analisados com muitas ressalvas. É possível comparar, de forma assertiva, o Censo de 2019 com o de 2023, e o que vemos é que já tínhamos desigualdades antes da pandemia, e elas se tornaram mais intensas” (Artes, 2023).

A situação de desigualdade ficou ainda mais evidente em vários aspectos. A falta de acesso à internet e a dificuldade de conciliar o trabalho remoto com as responsabilidades domésticas afetaram especialmente os alunos das classes mais baixas. Além disso, questões como o aumento da violência doméstica, a maior incidência de doenças mentais entre os jovens

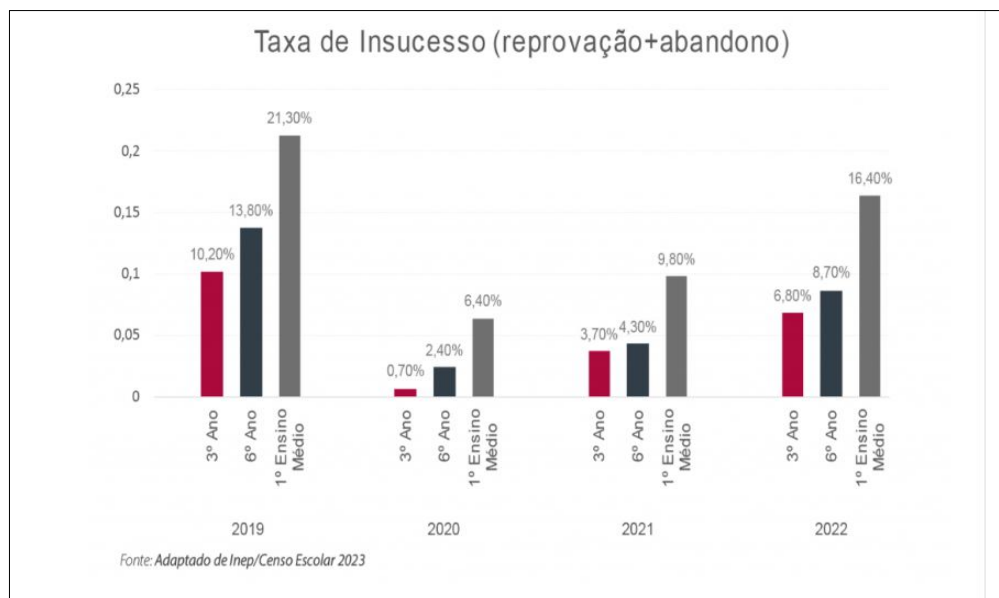
e o agravamento da pobreza e da fome em muitos lares tornaram a permanência na escola um desafio ainda maior. A falta de suporte emocional e pedagógico, especialmente nas escolas públicas, tem gerado um desengajamento crescente dos estudantes.

A análise dos dados sobre a evasão escolar revela um panorama desolador e urgente. As desigualdades educacionais, que já eram um problema sistêmico no Brasil, foram agravadas pela pandemia, expondo a fragilidade de um sistema educacional que, em muitas regiões, ainda não oferece as condições necessárias para que todos os estudantes permaneçam e aprendam adequadamente. O aumento do abandono escolar após 2020 é um reflexo direto de fatores socioeconômicos, culturais e estruturais que afetam a educação no país. A falta de acesso a recursos básicos, como a internet e materiais pedagógicos adequados, aliada a problemas familiares e sociais, tem sido um obstáculo imenso para a continuidade dos estudos de milhares de jovens.

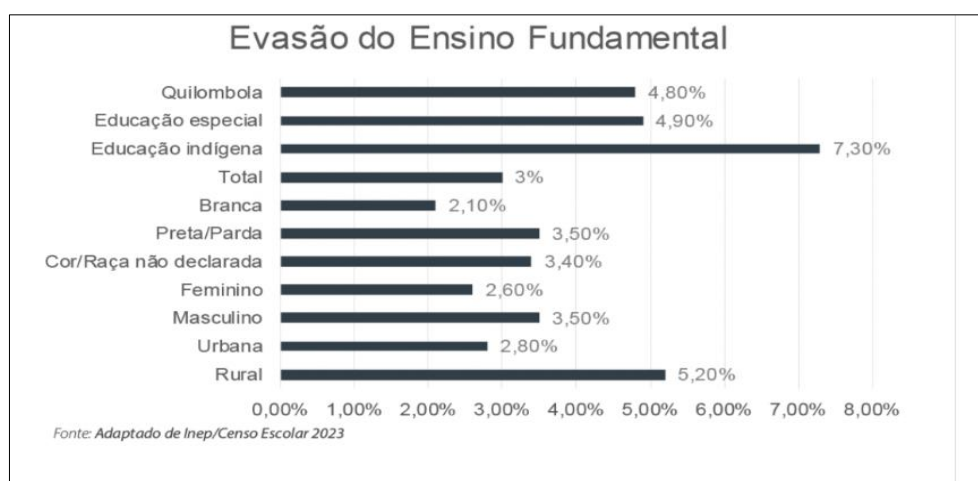
Portanto, é fundamental que as políticas públicas voltadas para a educação considerem esses aspectos de desigualdade, adotando estratégias mais eficazes para mitigar os impactos da pandemia e garantir o direito à educação para todos. O fortalecimento da infraestrutura escolar, a capacitação dos professores, a oferta de apoio psicossocial para os alunos e suas famílias, e a implementação de medidas que assegurem o acesso à educação de forma equitativa são passos essenciais para reverter esse quadro. A evasão escolar é uma questão de justiça social, e deve ser tratada com a urgência e seriedade que ela demanda.

DETALHANDO OS DADOS EM 2019

As taxas de insucesso na Educação Básica, ou seja, a soma da reprovação e do abandono escolar nos Ensinos Fundamental e Médio, foram de 10,2% no 3º ano do Ensino Fundamental, 13,8% no 6º ano do Ensino Fundamental e 21,3% no 1º ano do Ensino Médio. No contexto da pandemia e do distanciamento social, as métricas apresentaram queda, em comparação com o período anterior. Em 2020, início da implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), o índice de reprovação ou abandono de estudantes de educação básica no 3º ano foi de 1,3%. No 6º ano, esse número foi de 2,4%. E, no ingresso do Ensino Médio, a taxa de reprovação ou abandono foi de 6,4% no primeiro ano de pandemia (2020).



O Ensino Médio lidera com 11,2% de alunos fora da escola, O Rio Grande do Norte tem o maior índice de abandono escolar no Ensino Médio do Brasil. Segundo dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024, 9,1% dos jovens potiguares desistiram dos estudos em 2023, uma taxa significativamente mais alta do que a média nacional de 3,8%. Em 2013, a Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento indicou que, entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o Brasil apresentava a 3ª maior taxa de evasão escolar.



Por exemplo, a evasão escolar de pessoas do sexo masculino foi de 3,5%, um valor 0,9% superior ao registrado em pessoas do sexo feminino (2,6%). Em relação à cor/raça, brancos evadiram 2,1% em 2023. No conjunto de pessoas pretas e pardas, esse índice cresce para 3,5%.

Trajatória
Taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Médio – por unidade da federação (em %)

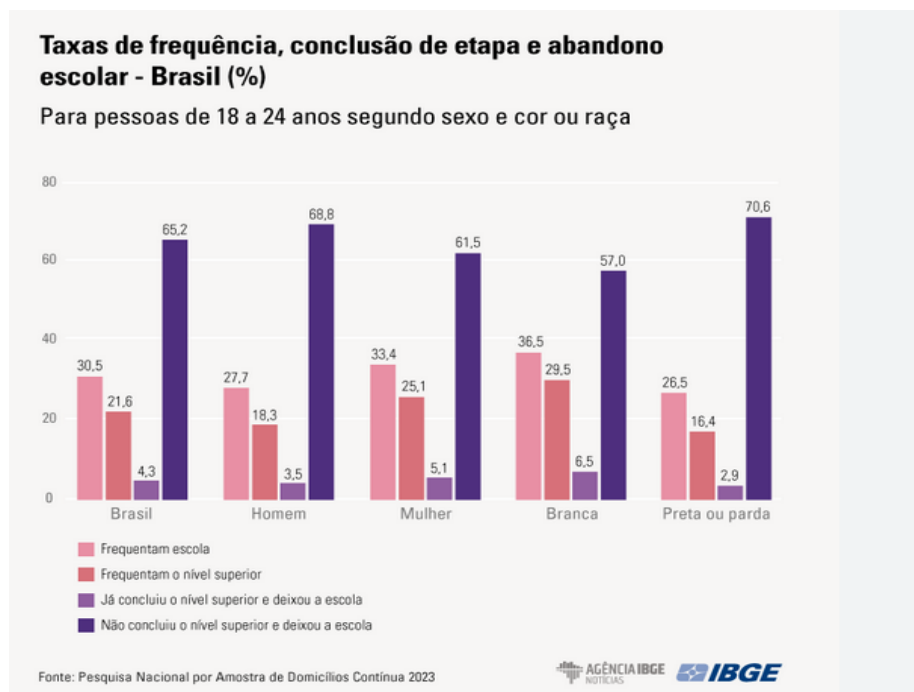
Unidade da federação	2013			2023		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	78,1	12,7	9,2	90,5	5,7	3,8
Norte						
Amapá	70,8	13,7	15,5	85,5	9,3	5,2
Acre	78,0	11,5	10,5	87,2	6,5	6,3
Amazonas	80,6	7,0	12,4	89,3	6,3	4,4
Pará	68,2	13,6	18,2	98,8	0,9	0,3
Rondônia	77,7	11,0	11,3	90,7	5,1	4,2
Roraima	75,3	15,7	9,0	87,6	7,9	4,5
Tocantins	78,8	13,9	7,3	94,5	3,6	1,9
Nordeste						
Alagoas	71,0	11,7	17,3	93,4	3,8	2,8
Bahia	75,8	15,0	9,2	91,1	3,6	5,3
Ceará	83,2	7,2	9,6	96,8	1,0	2,2
Maranhão	76,2	12,3	11,5	92,3	4,3	3,4
Paraíba	75,3	9,8	14,9	84,2	8,3	7,5
Pernambuco	83,7	10,9	5,4	94,9	4,2	0,9
Piauí	75,2	9,7	15,1	96,5	1,4	2,1
Rio Grande do Norte	71,5	11,9	16,6	77,4	13,5	9,1
Sergipe	69,0	15,6	15,4	88,3	8,7	3,0
Sudeste						
Espírito Santo	75,3	16,4	8,3	95,2	3,0	1,8
Minas Gerais	80,5	10,2	9,3	86,8	7,7	5,5
Rio de Janeiro	79,3	13,6	7,1	80,8	14,1	5,1
São Paulo	81,6	12,8	5,6	92,4	4,3	3,3
Sul						
Paraná	78,7	14,0	7,3	96,3	3,0	0,7
Rio Grande do Sul	73,6	16,4	10,0	81,0	10,6	8,4
Santa Catarina	76,6	15,0	8,4	81,4	13,6	5,0
Centro-Oeste						
Distrito Federal	74,4	18,3	7,3	84,6	11,6	3,8
Goiás	83,8	9,1	7,1	97,9	1,4	0,7
Mato Grosso	62,6	22,9	14,5	96,2	1,6	2,2
Mato Grosso do Sul	72,7	16,7	10,6	86,5	9,5	4,0

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar.
Elaboração: Todos Pela Educação.

[Copiar link](#)

Em comparação com dados de 2013, quando o índice de abandono estava em 16,6%, houve uma redução de 7,5 pontos percentuais. Apesar da melhoria ao longo da década, o número ainda sugere que existem problemas que impactam diretamente a permanência dos jovens na escola. Somado ao abandono escolar, a taxa de reprovação também é um sinal de alerta para educação potiguar. Entre 2013 e 2023, o Rio Grande do Norte registrou um aumento no número de alunos reprovados no Ensino Médio, que passou de 11,9% para 13,5%. Em todo o Brasil, somente o Rio de Janeiro e o estado potiguar tiveram um crescimento nesse índice.

Em 2023, 41,7% dos jovens de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário para terem abandonado ou nunca frequentado escola, proporção que subiu 1,5 p.p. em comparação a 2022.



No Brasil, em 2023, havia 48,5 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade e 15,3% delas estavam trabalhando e estudando, 19,8% não estavam trabalhando nem estudando, 25,5% não estavam trabalhando, porém estudavam e 39,4% estavam trabalhando e não estudavam. São informações do módulo anual sobre Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE.

1957

O Brasil é um dos países que mais possui jovens fora da escola e do mercado de trabalho, segundo o relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado em 28 setembro 2023. Além do Brasil foram analisados outros 36 países. Cerca de 36% da faixa etária de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos não estudam ou trabalham. O país está apenas atrás da África do Sul, que ocupa a primeira posição do ranking com 46%. Em relação a América Latina, o Brasil é o pior colocado no ranking, seguido da Colômbia com 31,5% e Costa Rica com 29,7%.

METODOLOGIA

Este trabalho tem como base uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo bibliográfico que busca compreender a evasão escolar e suas consequências. A metodologia adotada se concentrou em uma revisão de literatura, com o levantamento de informações provenientes de livros, artigos acadêmicos e sites especializados, todos

devidamente registrados ao longo da pesquisa. A principal estratégia foi a consulta a fontes historiográficas, ou seja, autores renomados que já haviam se dedicado ao tema e que, por meio de suas pesquisas, deixaram um vasto conteúdo disponível para utilização por outros estudiosos. Esse material tem sido fundamental para a construção do conhecimento sobre o assunto, pois permite que novas análises e discussões sejam feitas com base nos estudos anteriores. A pesquisa se pautou em analisar os estudos já realizados, de modo a oferecer uma visão aprofundada e crítica sobre a questão da evasão escolar, suas causas, impactos e possíveis soluções. A metodologia escolhida possibilitou uma abordagem robusta e fundamentada, utilizando um repertório teórico consistente, contribuindo para o entendimento das implicações desse fenômeno na educação.

ESTRATEGIAS PARA ENFRENTAMENTO A EVASÃO ESCOLAR

É indiscutível que a comunidade escolar busque estratégias para prevenir e combater esse fenômeno chamado evasão escolar. O artigo não tem a intenção de oferecer estratégias prontas. No entanto, é importante advertir que cada caso deve ser analisado individualmente e que as soluções devem ser construídas coletivamente com a participação de todos os envolvidos no processo educativo. Algumas ações merecem ser tomadas como, estabelecer um diálogo aberto e acolhedor com os estudantes e suas famílias, procurando compreender as dificuldades que surgiram; Oferecer orientação, apoio e encaminhamento para serviços de saúde, assistência social ou psicológica, quando necessário; proporcionar reforço, acompanhamento pedagógico e oportunidades de recuperação para os estudantes que apresentem defasagem ou dificuldade de aprendizagem; promover um ambiente escolar seguro, que valorize a diversidade, o respeito e a cooperação. Ambiente onde o aluno tenha um vínculo afetivo e de pertencimento naquela escola, entre os estudantes e os profissionais da educação; desenvolver um currículo flexível, considerando os interesses, as potencialidades e as realidades dos alunos. Incentivar e incluir a participação dos estudantes em projetos escolares, como o grêmios estudantil; iniciar parcerias com instituições públicas ou privadas como universidades, empresas, organizações não governamentais ou conselhos tutelares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “evasão escolar” foi escolhido pelo fato de angustiar a comunidade escolar. É uma das paltas do sistema educacional brasileiro e uma questão longe de estar resolvida, pois

afeta diversos níveis de ensino. Este estudo permitiu analisar com mais profundidade a complexidade da evasão escolar, um fenômeno multifacetado que vai além das questões pedagógicas e envolve diversos aspectos sociais, econômicos e estruturais. Ao refletir sobre os dados apresentados e as análises realizadas, tornou-se evidente que a evasão escolar não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo das desigualdades históricas e estruturais que marcam o Brasil. A evasão está diretamente relacionada ao acesso desigual à educação de qualidade e ao contexto de vulnerabilidade social em que muitos alunos se encontram. “O importante, não resta dúvida, é não pararmos satisfeitos ao nível das intuições, mas submetê-las a análise metodicamente rigorosa de nossa curiosidade epistemológica” (Freire, 1996, p. 45).

Uma das constatações mais importantes desse estudo é a necessidade urgente de adotar uma abordagem mais holística e integrada para combater a evasão escolar. A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais a situação, acentuando as desigualdades educacionais já existentes e ampliando o número de alunos que abandonam a escola. Esse quadro reflete a realidade de muitos estudantes, especialmente aqueles que vivem em situações de vulnerabilidade social, que enfrentam obstáculos adicionais, como a falta de recursos tecnológicos, dificuldades de acesso à internet e a sobrecarga de responsabilidades familiares, como o trabalho precoce. Essas desigualdades não se limitam ao acesso à escola, mas também se refletem na permanência e no aprendizado efetivo desses estudantes, que ficam à margem do processo educativo.

Além disso, observamos que, enquanto os estudantes com melhores condições de vida, com acesso à tecnologia e ao suporte necessário, têm mais facilidade para continuar seus estudos, aqueles em situações de vulnerabilidade enfrentam obstáculos adicionais, que comprometem seu desempenho e permanência na escola. Isso destaca a importância de se pensar em políticas públicas e em estratégias educacionais que considerem as realidades específicas de cada grupo de estudantes, para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de acesso e permanência na educação. O isolamento social gerado pela pandemia, por exemplo, afetou de maneira mais intensa os estudantes de classes sociais mais baixas, ampliando as desigualdades educacionais e dificultando ainda mais a conclusão do ciclo escolar. Por outro lado, aqueles que têm acesso a melhores condições de vida e recursos tecnológicos conseguiram dar continuidade aos seus estudos, adaptando-se ao ensino remoto de maneira mais eficiente.

A evasão escolar, portanto, é um problema que exige uma ação coordenada e integrada entre diferentes setores da sociedade. É fundamental que o investimento na educação de qualidade seja uma prioridade, com o fortalecimento das políticas públicas e a implementação de estratégias eficazes para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem social, possam ter acesso a uma formação educacional de qualidade. Como vimos neste estudo, a evasão escolar está intimamente ligada às desigualdades estruturais e sociais que ainda persistem no país, o que exige um esforço conjunto de governos, escolas, famílias e sociedade civil para promover a igualdade de oportunidades e combater as causas profundas desse fenômeno.

Nesse sentido, a criação e implementação de políticas públicas eficazes que visem combater a evasão escolar são essenciais. Um exemplo notável dessa abordagem é o projeto Busca Ativa Escolar, desenvolvido pelo UNICEF, em parceria com secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Esse projeto busca identificar e monitorar alunos em risco de abandono escolar e criar estratégias personalizadas para ajudá-los a permanecer na escola. A metodologia da Busca Ativa não se limita apenas a fatores pedagógicos, mas também aborda as questões sociais, econômicas e culturais que afetam os alunos em risco, promovendo uma ação intersetorial que envolve diversos setores da sociedade. A plataforma online criada pelo projeto permite que informações sobre os estudantes sejam compartilhadas entre os órgãos públicos, o que facilita a tomada de decisões rápidas e adequadas às necessidades locais (UNICEF, 2021).

Além disso, é fundamental que as escolas adotem medidas preventivas para combater a evasão escolar. Acompanhamento rigoroso das faltas, a realização de atividades escolares mais atrativas e a conscientização dos alunos sobre a importância da educação para o futuro são ações que podem contribuir para manter os estudantes motivados. A participação ativa das famílias também é crucial nesse processo, por meio de reuniões, palestras e outras formas de engajamento, que ajudem a fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade. A atuação do conselho tutelar também pode ser uma ferramenta importante para apoiar os estudantes evadidos, ajudando a criar estratégias para que eles retornem à escola e permaneçam nela. A educação, como um direito fundamental, precisa ser acessível a todos, independentemente das dificuldades sociais e econômicas que enfrentem.

Outro ponto importante a ser considerado é a relação entre a educação e o mercado de trabalho. O abandono escolar não afeta apenas o futuro individual dos alunos, mas também o desenvolvimento social e econômico do país. A falta de uma formação adequada limita as perspectivas de emprego e crescimento desses indivíduos, resultando em um ciclo de pobreza que tende a se perpetuar.

Como alertado por Gomes (2005):

O ingresso precoce no mercado de trabalho, sem a devida formação educacional, compromete o futuro profissional dos jovens, deixando-os vulneráveis a condições de trabalho precárias e a uma remuneração reduzida, o que agrava ainda mais as desigualdades sociais.

Além disso, a falta de educação formal enfraquece o capital social da sociedade, prejudicando a participação cívica e a formação de um pensamento crítico que é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Balzan (1989), defende a idéia, que a escola

e o professor devem ter clareza dos objetivos que pretende atingir com seu trabalho. Não aqueles objetivos descritos em planos e documentos da escola, mas, sobretudo aos que dizem respeito à prática da escola e do professor; refere-se à intencionalidade do que se ensina, a importância destinada ao conteúdo em questão, e a maneira que o professor conduz o processo de ensino/aprendizagem. Portanto, é essencial que a sociedade como um todo, incluindo o governo, as escolas, as famílias e os próprios alunos, se mobilizem para enfrentar a evasão escolar e garantir que todos tenham acesso à educação de qualidade. Somente por meio de um esforço coletivo e integrado será possível reverter esse quadro e oferecer a todos os estudantes as condições necessárias para um futuro melhor. A educação é um direito fundamental e deve ser tratada como uma prioridade, para que as futuras gerações possam alcançar seu pleno potencial e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. A., & Lima, L. T. (2019). A relação entre o abandono escolar e o desenvolvimento pessoal: uma análise em escolas públicas brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, 49(171), 91-208.

ARROYO, M. G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, M. G. *Educação e exclusão da cidadania* In: BUFFA, Ester. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ARTES, A. (2023). *Abandono escolar no contexto da pandemia: persistentes desafios no enfrentamento das desigualdades educacionais*. Fundação Carlos Chagas.

ABRAMOVAY, M., & Castro, M. M. (2003). *Evasão e abandono escolar no Brasil: Uma análise crítica*. Brasília: IPEA.

BALZAN, Newton Cesar. Sete asserções inaceitáveis sobre a inovação educacional. GARCIA, W. E. (Coord.). In: *Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas*. Coleção educação contemporânea: 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989, p. 264-285.

BARBOSA, D. 14 causas do abandono escolar no Brasil. POLITIZEM. 9 de nov. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/abandono-escolar-causas/> acesso em: 05 de out.2022

BARROS, R.; MENDONÇA, R. Abandono e evasão no ensino médio no Brasil: magnitudes e tendências. In: INSTITUTO UNIBANCO. *A crise de audiência no Ensino Médio*. São Paulo: Instituto Unibanco, 2009. p. 4-37. Disponível em: ra-iu-2017-web_31072018.pdf

BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. S. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. *Revista Profissão Docente*, Uberaba, v.9, n.19, pp. 7094, jan./jul. 2009. Disponível

em: <http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%20C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 30 de set. 2020.

BRASIL. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Orientações para o preenchimento do questionário: Resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica*. Brasília, DF: Inep, 2021a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/orientacoes_preenchimento_questionario_resposta_educacional_pandemia_covid19_educacao_basica.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. "Educação e evasão escolar: causas e soluções." Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Oficial da República. Disponível em: Acesso em: 03 de set. 2020.

BRASIL, O Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: Acesso em: 07 de set. 2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: Acesso em: 04 set. 2020.

CASTRO, Luciano. "O impacto da evasão escolar na sociedade brasileira." *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 63, p. 65-78, 2019.

COSTA, A. D., & Fernandes, L. F. (2021). *Abandono escolar e suas implicações sociais: um estudo na periferia das grandes cidades*. *Revista Brasileira de Sociologia*, 16(2), 59-76.

FERREIRA, Marcos. "Evasão Escolar no Brasil: Desafios e Estratégias." São Paulo: Editora Atlas, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: os saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4ª ed., São Paulo: Moraes, 1980. GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 1991.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. (2023). *Desigualdades educacionais no contexto da pandemia: diagnóstico e proposições para políticas públicas*. Fundação Carlos Chagas.

GOMES, Candido Alberto. *A Educação em Perspectiva Sociológica*. 3ª ed., São Paulo: EPU, 1994.

GOMES, L. R. (2005). *O impacto do trabalho precoce na educação e na formação profissional de crianças e adolescentes*. Editora Fundação Carlos Chagas.

1963

GOMES, M. (2005). *A criança e o trabalho: Consequências para a formação profissional e social*. Editora Cortez.

GOMES, P. S. O combate ao trabalho infantil no Brasil: conquistas e desafios. In: VIDOTTI, T.J.; CORRÊA, L. B. *Trabalho Infantil e Direitos Humanos*. São Paulo: LTr, 2005.

GRACIANO, M. A. (2005). *A educação e os direitos fundamentais: uma análise da educação no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.

HADDAD, S., et al. (2011). *A história da educação no Brasil: Perspectivas e desafios*. São Paulo: Editora Loyola.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf

<https://www.google.com/search?client=firefoxq=historia+da+evas%C3%A3o+escolar+no+brasil>
<https://opoti.com.br/rn-e-o-estado-com-maior-indice-de-abandono-escolar-do-brasil/>
<https://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/>

<https://www.fcc.org.br/>

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_lei9394.pdf

IBGE. Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 2000-2060. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/downloads>>. Acesso em: abr. 2010.»

IBGE. Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 2000-2060. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2019. MENDES, M. S. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. *Estud. Psicol. Universidade Paulista. Campinas* (2013), vol.30, n.2, pp.261-265.dez.2011. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n2/12.pdf>>. Acesso em: 03 de nov. 2020.

INEP. (2023). *Censo Escolar 2023*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

INEP. Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206>. Acesso em: 16 mar. 2019.

JOHANN, C. C. *Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

MAITÊ, R. S.; ARRAES, R. A. Determinantes da Evasão e da Repetência Escolar. Encontro Nacional de Economia.vol.43. 2015. Disponível em:<https://www.bnb.gov.br/documents/160445/226386/ss2_mesas2_artigos2014_determinantes_evasao_repetencia_escolar.pdf/ad70eaa8-0185-4455-a3803f97c33fbed5d>.Acesso em: 06 de set. 2020.

1964

NERI, M. C. *Motivos da evasão escolar*. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: 03 de nov. 2020.

PATTO, M. L. M. (1997). *A escola e seus fracassos: Evasão e reprovação no ensino básico*. São Paulo: Editora Cortez.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*, 1987. Disponível em: Acesso em: 10 de set. 2020. PEREIRA, Michele Cezareti. *Evasão escolar: causas e desafios*. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 04, Ed. 02, Vol. 01, pp. 36-51. fev.2019. 29 Disponível em: Acesso em: 30 de out. 2020.

PEREIRA, M. C. *Evasão escolar: causas e desafios*. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. n. 2, v.1, p. 36-51. fev. 2019.

QUEIROZ, R. (2002). *Evasão escolar: Análise das causas e soluções possíveis*. Rio de Janeiro: Editora Uerj.

SILVA, Andreia. "A relação entre desigualdade social e evasão escolar." São Paulo: Editora Cortez, 2019.

SOARES, J. F. (2001). Desigualdade educacional e seus impactos sociais e econômicos. Editora Unicamp.

SOUZA, Joana. "A educação no Brasil: Análise da evasão escolar no ensino fundamental." Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

UNICEF. (2021). *A Busca Ativa Escolar: metodologia para enfrentar a evasão na educação básica*. UNICEF Brasil.

UNICEF. Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância. - Brasília: UNICEF, 2012. Disponível em: Acesso em: 11 de nov. 2020.

VEIGA, C. R.; BERGIANTE, N. C. R. PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE OS FATORES DA EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO BRASILEIRA. *Revista Produção e Desenvolvimento*, v. 4, n. 3, 1-14, 22 abr. 2018. Acesso em: 10 de out. 2020.